



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional**

Nº 26/2026 – 17 de setembro de 2026

@massas.por - www.pormassas.org



Carta do Partido Operário Revolucionário (POR) à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

O Partido Operário Revolucionário (POR), nem bem publicou no Jornal Massas a terceira Carta chamando os trabalhadores a votarem nulo nas eleições, como forma de defesa de sua independência de classe e de seu programa de reivindicações, se vê obrigado a divulgar a quarta Carta. Isso devido ao agravamento da crise política que se estampou na reunião do Supremo Tribunal Federal (STF) de 15 de setembro. Os ministros se dividiram em torno à discussão e votação da proposição que abriria uma investigação da conduta do ministro Alexandre de Moraes, acusado de conivência e corrupção no caso do escândalo financeiro do Banco Master.

Esse embate na alta Corte do Judiciário ocorreu a pouco menos de 20 dias das eleições presidenciais. Há uma clara vinculação da confrontação entre os ministros com a acirrada disputa eleitoral entre Lula e Flávio Bolsonaro. Em outras palavras, entre as forças políticas da ultradireita e direita com as da centro-esquerda. No fundo da corrida eleitoral, se encontram os interesses da burguesia nacional e do próprio imperialismo norte-americano, principalmente.

No entanto, os concorrentes dependem do voto popular para decidir se Lula continuará na presidência ou dará lugar a Flávio Bolsonaro, que, por sua vez, representa o continuísmo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se encontra em prisão domiciliar por tentativa de golpe de Estado. As demais candidaturas com alguma capacidade eleitoral são de partidos da direita. E já estão se preparando para se unirem no segundo turno em torno a Flávio.

A denúncia que veio à tona em maio de 2026, de que o candidato bolsonarista recebeu dinheiro do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, para financiar um filme sobre a vida de seu pai (Dark Horse), manchou a sua campanha eleitoral. A vida política da família Bolsonaro está marcada por denúncias de corrupção e vínculos com as milícias do Rio de Janeiro. O próprio Flávio se safou da Justiça graças à ascensão eleitoral de seu pai. Nessas condições, a candidatura de Lula se firmou e estabeleceu a sua liderança eleitoral.

Ocorre que a quebra do Banco Master e a prisão de Vercaro expuseram as entranhas das falcaturas financeiras e a rede de relações políticas que as amparou. A primeira personalidade que se estampou foi a do ministro do STF Dias Toffoli, que se viu forçado a deixar a relatoria do caso Master, acusado de negociata com Vercaro. Em meados de fevereiro de 2026, o ministro André Mendonça, por sorteio, ocupou o lugar de Toffoli, tornando-se o relator. A re-

núncia de Toffoli resultou de um acordo com o presidente do STF, Edson Fachin.

É nesse momento que se inicia uma importante virada nas relações políticas entre os ministros. André Mendonça expressa a ala ultradireitista vinculada ao bolsonarismo. Bolsonaro, desde a prisão, foi capaz de impor seu filho como candidato, mostrando-se à altura de inviabilizar uma candidatura de centro-direita. Continuou a dirigir o PL e aliados valendo-se do apoio de Trump. Destacou-se, nesse percurso, a aplicação da Lei Magnitsky pelos Estados Unidos penalizando o ministro Alexandre de Moraes, que foi relator dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, que acabou por condenar os golpistas, entre eles, seu chefe Bolsonaro. Por mais que Trump tenha pressionado o STF, não conseguiu demover a condenação do ex-presidente da República.

No início de setembro, André Mendonça revelou as relações promiscuas de Alexandre de Moraes com Vercaro. De posse de contatos com membros da Polícia Federal (PF), Mendonça decidiu pela abertura de investigação, que teria de ser realizada pelo STF. Mas, ao quebrar sigilo dos documentos entregues pela PF, o fez seletivamente, visando tão somente a Alexandre de Moraes. Entre os denunciados de terem estabelecido relações interessadas com Vercaro estão o próprio ministro André Mendonça, completando a lista que contabiliza os ministros Kassio Nunes Marques e Luiz Fux. No total, são cinco ministros, portanto a metade do STF.

Basta esse contingente para se compreender por que a reunião de 15 de setembro serviu de arena a um conflito que vai muito além das revelações que envolveram o ministro Alexandre de Moraes. Vercaro comprou autoridades do Congresso Nacional, Banco Central, governadores e Supremo Tribunal Federal. Está em suspeição, inclusive, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet. Variam as formas, o teor e os valores, mas o fundamental está em que a quebra por fraude do Banco Master abriu uma grande ferida, da qual jorrou um rio de pus.

Os tendões das denúncias alcançaram o senador e candidato à presidência, Flávio Bolsonaro (PL); o senador e presidente do PP, Ciro Nogueira; o senador e líder do governo Lula, Jaques Wagner (PT); e os presidentes da Câmara de Deputados e do Senado, Hugo Mota (Republicanos), e Davi Alcolumbre (União Brasil), respectivamente. Graças ao sigilo das investigações realizadas pela Polícia Federal se promoveram vazamentos de acordo com os embates das forças políticas. O sigilo é uma forma de

ocultar da população a podridão que atinge toda a política burguesa. E serve, assim, de meio para os conflitos entre frações partidárias.

Como se vê, não se trata de apenas um canal de esgoto que se descarregou nas águas limpas. Os vasos comunicantes desses agentes da política burguesa com as negociatas de Vercaro impedem que se considere a corrupção de forma isolada deste ou daquele assecla. A exposição, execração e punição de todos eles são inconvenientes e impossíveis politicamente porque envolvem disputas políticas no interior do Estado e variados interesses econômicos.

O relator André Mendonça procurou colocar Alexandre de Moraes no cadafalso de forma a proteger seu próprio pescoço. Ao tomar essa iniciativa, desencadeou uma reação interna no STF de parte daqueles que tinham pleno conhecimento do significado do sigilo, dos vazamentos e da ação seletiva contra Moraes. Em contraposição, exigiram que também se abrisse uma investigação contra o próprio relator. O presidente do STF, Edson Fachin, decidiu pela convocação de duas reuniões, sendo a primeira para encaminhar a proposição de investigação de Alexandre de Moraes e a segunda, em momentos distintos, voltada a André Mendonça. Bastou essa medida para se colocar em questão a relatoria que estaria a cargo de Mendonça. Fachin se utilizou de uma manobra tomando para si a relatoria. Esse jogo evidenciou os motivos particulares de André Mendonça em atingir seletivamente Moraes. Não teve êxito, porém, não devido às provas da denúncia ou aos argumentos jurídicos, mas sim ao fato estarem na condição de suspeitos os ministros Kassio Nunes e Luiz Fux, além do próprio Mendonça.

Não foi difícil aos ministros Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin desmascarar a manobra de Fachin e Mendonça. Kassio Nunes alegou impossibilitado de votar devido ao seu posto de ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocultando o motivo real de que também ele é um dos denunciados. De forma que não houve como esconder que a imputação contra Moraes estava contaminada irremediavelmente. A movimentação de Mendonça chegou ao ponto de montar uma frente com os ministros Kassio Nunes e Luiz Fux para afastar o diretor geral da PF, Andrei Rodrigues, e o diretor da inteligência policial, Leandro Almada, a pedido do Partido Novo. O ministro Flávio Dino atendeu ao pedido de suspensão feito pela União e apresentado pelo próprio Andrei. Edson Fachin não teve outra saída senão revogar a decisão e Mendonça. Esse episódio revelou a que altura haviam chegado as disputas internas no STF, que resultariam, finalmente, no fracasso da tentativa de Mendonça de colocar Moraes na condição de investigado.

A classe operária e os demais trabalhadores devem compreender que toda essa sujeira ocorre no interior da classe capitalista e, em particular, no momento crucial da disputa eleitoral. Por cima desse choque que se concentrou no STF estão as pressões de Trump que vem atuando para obter a vitória de Flávio Bolsonaro. É necessário lembrar que o chefe do imperialismo norte-americano atuou para que o STF não condenasse Bolsonaro e seus aliados golpistas. Certamente, Trump ficou contrariado porque não conseguiu seus objetivos impondo a Lei Magnitsky. Agora, apoia as ações de Mendonça e seus aliados bolsonaristas.

Os trabalhadores devem rejeitar e combater a intervenção do imperialismo, seja ela econômica, política ou mili-

tar. Não pode haver nenhuma dúvida de que os partidos da ordem burguesa que pretendem derrotar Lula nas eleições estão a serviço dos Estados Unidos. A família Bolsonaro, o PL e parte significativa das igrejas evangélicas estão politicamente atrelados aos interesses do capital internacional e, portanto, da opressão imperialista.

O problema está em que não basta combater as forças pró-imperialistas que se encontram no interior da burguesia e do Estado nacional. Não será pela via eleitoral que a classe operária tomará a frente da luta anti-imperialista, que tem por conteúdo a luta anticapitalista, pelo fim da exploração e da opressão da minoria burguesa sobre a maioria oprimida.

É visível o comprometimento do PT e seus aliados com o poder dos exploradores. A candidatura Lula, assim como tem sido o seu governo, comprovadamente, tem se mostrado incapaz de enfrentar consequentemente o intervencionismo dos Estados Unidos. E seu percurso político está marcado pelas mesmas relações de subordinação a grupos econômicos, que gestam os privilégios e a corrupção. Não se pode desvincular o comprometimento do ex líder do governo no Senado, Jaques Wagner, que teve de se afastar de suas funções devido ao vínculo com Vercaro.

A crise política que emergiu da quebra do Banco Master e da revelação da teia de comprometimentos de partidos e autoridades com o banqueiro Vercaro, na realidade, é tão somente é um episódio da crise geral que vem se arrastando desde o fim ditadura militar. O país se encontra diante de uma crise histórica, de esgotamento e desintegração das relações econômicas e sociais. É o que explica a decomposição da democracia oligárquica, que sucedeu aos 21 anos de ditadura militar. A corrupção na alta cúpula do Judiciário é a mesma que se manifesta no parlamento e nos partidos. Inevitavelmente, é inerente do processo de apodrecimento dos pilares de sustentação da democracia oligárquica. Consta-se em todas as eleições presidenciais que as denúncias e processos de corrupção são elevadas às alturas, servindo de arma política entre os partidos em disputa.

A resposta da classe operária à corrupção e aos crimes de classe da burguesia é a da defesa da constituição de um Tribunal Popular, organizado na luta. Somente os explorados podem investigar e punir os poderosos que praticam todo tipo de crime contra a economia do país e as necessidades mais elementares da maioria oprimida.

É nesse terreno que está posta, no momento, a luta pela independência de classe dos explorados diante da disputa eleitoral e dos embates burgueses em torno ao escândalo do Banco Master e de toda sorte de bandidagem da política burguesa. O voto nulo tem por conteúdo a separação dos explorados em relação aos partidos e governos que servem aos exploradores. Passadas as eleições, continua-se a luta pela organização independente da classe operária e dos demais explorados. Eis por que não basta votar nulo. É imperativo votar nulo em defesa do programa de reivindicação dos trabalhadores, do desenvolvimento do método da ação direta, da aplicação da democracia operária e da união da maioria explorada em torno ao programa da revolução social, que como tal é proletária. Diante do poder da burguesia, coloca-se o objetivo histórico de conquistar o poder pela via da revolução, expropriar a grande propriedade dos meios de produção, estabelecer o governo operário e camponês que exerça a ditadura de classe do proletariado contra a ditadura de classe da burguesia.